

Arrecadação

Zuleika de Souza

CORREIO BRAZILIENSE

extra vai para ensino básico

Mariana Monteiro

Todo o aumento de arrecadação que houver na área de educação esse ano será investido no ensino básico, segundo anunciou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Isso fará com que seja reduzida a porcentagem de recursos da educação que é destinada hoje às universidades, correspondente a 55% do total.

O ensino básico recebe apenas 25,3% das verbas do Ministério da Educação.

O ministro confirmou que os recursos destinados às escolas públicas — R\$ 300 milhões, sem o aumento de arrecadação esperado pelo ministro — serão repassados diretamente para contas abertas em nome de cada uma das instituições.

O Ministério da Educação firmará convênios com as prefeituras, onde já ficarão estabelecidos os valores que

cada escola deve receber.

Critério — O critério para definir o valor será, inicialmente, o número de alunos por escola.

A educação a distância começará a ser implantada a partir de março, segundo o ministro.

O projeto será viabilizado conjuntamente por três ministérios: o da Educação cuidará do conteúdo dos programas, a Secretaria de Comunicação ficará encarregada da veiculação e o Ministério das Comunicações conseguirá os canais de satélite.

Em março estará interligada uma rede das televisões educativas, que veiculará programas educacionais em horários iguais em todo o Brasil.

A princípio, irão ao ar os programas que já existem, como os Telecursos da Fundação Roberto Marinho, o *Ratibum* e o *Salto para o Futuro da TV Educativa*.

Canal — Até o final do ano, o go-

verno pretende inaugurar um canal exclusivo do Ministério da Educação que transmitirá programas educativos 24 horas, via satélite.

Para ter acesso a esse canal, no entanto, as escolas precisarão instalar um "teleposto" com televisão e antena parabólica.

Segundo Paulo Renato, o ministério não comprará esses equipamentos, mas ele acredita que as prefeituras ou outros segmentos da comunidade não terão dificuldades para adquiri-los.

Também até o final desse ano, o ministro espera concluir a reelaboração do livro didático. Para isso, é necessário que se estabeleça o currículo básico, que uniformizará o ensino público em todo o País.

A compra dos livros será descentralizada aos poucos. Minas Gerais será o primeiro estado a participar dessa descentralização porque já dispõe de um sistema de compras estruturado.